

# “LOUCOS” E “ALIENADOS”: OS DISCURSOS ACERCA DA LOUCURA NA PARAHYBA DO NORTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX<sup>1</sup>

Danilo Fernandes dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

No final do século XIX e início do século XX, as cidades brasileiras estavam imersas em uma nova lógica, uma lógica de modernização, não apenas das ruas, das praças, das casas, ou seja, das estruturas físicas, mas uma reforma do próprio sujeito que deveria/poderia ser nela transeunte. Para tal empreendimento foram criadas novas categorias de indivíduos que devido as suas características não se adequavam a esse projeto, a essa nova cidade. Esses anormais, ou a-sociais, como Michel Foucault os denominou, deveriam ser retirados, excluídos da urbe moderna. Como mecanismo de exclusão e enclausuramento foram criadas as instituições que os absorveram com o discurso de cura ou mesmo de humanização ou readaptação. A cidade da Parahyba do Norte, com todas as suas especificidades, também foi absorvida nesse projeto que buscava a ordem e o progresso dessa pequena urbe, portanto, os indivíduos que fugiam dos padrões estabelecidos deveriam ser reclusos e readaptados, ou mesmo só tirados da vista dos pretensos modernos; nesse intuito foram criadas várias instituições, como hospícios, asilos, orfanatos, por exemplo. Neste sentido, artigo tem como pretensão analisar os discursos acerca de uma categoria desses indivíduos: os loucos, partindo dos discursos produzidos pelos médicos, imprensa e políticos na cidade da Parahyba do Norte nas primeiras décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Cidade. Modernização. Loucos.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados das atividades de pesquisa desenvolvidas junto ao programa de iniciação científica, do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, sob orientação da professora Edna Maria Nóbrega Araújo.

O trabalho busca analisar os discursos produzidos pelas elites (médicos e políticos) e imprensa da Parahyba do Norte das primeiras décadas do século XX entorno da loucura. Procuramos relacionar os eventos ocasionados pelo projeto de modernização pela qual a cidade era pensada, com as estratégias de dominação e disciplinarização dos indivíduos loucos. Para tanto, tomamos como base para nossa análise os trabalhos de Michel Foucault referente à disciplina e ao projeto de modernização, e também, o trabalho da historiadora Maria Clemente Pereira Cunha que versa sobre a problemática da loucura durante a primeira República.

## CIDADE, MODERNIZAÇÃO E LOUCURA.

---

1 Trabalho vinculado ao projeto de iniciação científica: História da Loucura na Cidade da Parahyba (João Pessoa) no final do século XIX e Início do Século XX, sob orientação da professora Dr. Edna Maria Nóbrega Araújo, professora no Departamento de História, pela Universidade Estadual da Paraíba, Centros de Humanidades, Campus III.

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual da Paraíba e, Bolsista de Iniciação Científica pelo projeto “História da Loucura na Cidade da Parahyba (João Pessoa) no final do século XIX e Início do Século XX”, sob orientação da professora Dr. Edna Maria Nóbrega Araújo.

*“(...) a Parahyba que apresenta um aspecto de cidade moderna, tratando do seu saneamento, do seu esgoto, da sua saúde pública, não podia esquecer um problema tão palpitante como seja o da assistência médica aos loucos de todas as condições!” (A UNIÃO, 29/10/1924).*

As palavras acima são do deputado Genesio Gambarra proferidas em um discurso sobre a futura construção do então “Hospital para Alienados” autorizado pelo governo do Estado, proferido na assembléia legislativa no ano de 1924. Ora, um dos principais fatores reclamados pelo deputado está na máxima de que a cidade não condiz com sua pretensão de título de moderna justamente por não dar a devida atenção para esse “problema palpitante” da carência de tratamento para os “loucos”. Como aponta Cunha (1990) ao analisar a doença mental na República, a loucura era uma das mais intrigantes formas de ataque às máximas republicanas de ordem e progresso. O louco era a “desrazão” em um mundo que deveria seguir a linha racional do progresso rumo à constituição de uma civilização desenvolvida e homogênea. O louco era uma afronta a esse projeto. E não era diferente na Parahyba do Norte.

Com o advento da República, constituíram-se rupturas não só nas instâncias políticas, mas nas questões sociais e de reorganização do espaço urbano. Novo tempo que trazia consigo novos signos, novos conceitos e novas formas de se portar em sociedade. Tudo isso pautado em um discurso fundamentado pelas ideias científicas que fundamentaram a base do lema republicano da ordem e de progresso. Portanto, foram desenvolvidas estratégias para a manutenção da ordem na urbe sendo um desses mecanismos a

(...) internação de todo um amplo conjunto de ‘degenerados’, capazes de pôr em risco a ordem social, as normas higiênicas, a disciplina, a moral familiar, a cultura dos brancos das elites, o progresso da nação, a paz social, a ética do trabalho. (CUNHA, 1990, p. 45).

Nesse sentido os loucos passaram a ser algo incômodo e até uma figura intransigente nas ruas das urbes candidatas a modernas. Era a figura da irracionalidade; a insanidade latente em uma sociedade cientificamente racional. Por outro lado, os loucos fizeram parte de uma gama muito maior de sujeitos devorados pelo projeto civilizador. Sujeitos como as prostitutas, crianças órfãs, pessoas que fugiam dos padrões sexuais tidos normais ou por serem pertencentes à classe pobre. Esses sujeitos foram incorporados a um mecanismo de exclusão e enclausuramento. Foucault (2005) identificou esse projeto como o grande internamento que a princípio não tinha um caráter de tratamento ou readaptação, mas que serviu de base para o desenvolvimento do internamento enquanto forma de terapia embasada no discurso científico.

Ainda discutindo o enclausuramento dos sujeitos loucos, Foucault, em história da loucura, discorre sobre o evento do internamento que ocorreu durante o século XVII. Nesse momento uma série de sujeitos mal quistos pela ordem social foram incorporados às chamadas “classes perigosas” e passaram a ser recolhidos pelos Hospitais Gerais e Casas de Misericórdia. Essas instituições foram responsáveis por assistência e repressão. O projeto de modernização das cidades pretendia a exclusão e a disciplinarização desses seres “a-sociais” (FOUCAULT, 2005).

Nesse contexto é importante compreender as transformações pelas quais as cidades estavam imersas a partir do final do século XIX e início do século XX, pois como percebido na historiografia e na análise das fontes, a preocupação com os sujeitos loucos estava intimamente ligado a essas transformações.

Assim como as demais cidades do Brasil, a Parahyba do Norte também foi sede das transformações urbanas que buscavam a estabilização de uma cidade moderna e civilizada. Embora incorporada nesse projeto, a Parahyba do século XIX e início do século XX não

dispunha de todos os aparatos para real implementação do sonho da urbe moderna, como defendia o pensamento da época, sobre que seria ou não civilizado. De acordo com Araújo:

A palavra civilização, no final do século XIX, se aproximou de uma ação, de uma atitude que as cidades brasileiras vinham tomando, ou seja, civilizar, naquele momento, era o mesmo que copiar os padrões europeus. Praticar civilidade, para as elites, era o mesmo que agir conforme os preceitos europeus. (ARAÚJO, 2001, p. 10.).

Pensar em civilização era pensar à moda européia, ou, principalmente, pensar a maneira francesa e inglesa. Assim como esses países, ser civilizado era ser portador de alguns aparatos e signos modernos tais como a luz elétrica, o bondinho, a água encanada, por exemplo. Mas não só apenas as questões de aparato material, mas também cultural, pois uma série de normas de como se comportar em locais públicos foram elaboradas nesse período, ou seja, antigos hábitos foram caracterizados como imorais e não higiênicos e que, portanto, deveriam ser superados ou mesmo forçados a desaparecer com o uso amplo de mecanismos de coerção através de aparelhos como a polícia e a regulamentação de leis e decretos.

Essa questão fica visível quando no ano de 1911 o então presidente de Estado João Lopes Machado criou com o decreto 494 a “Repartição de Higiene”:

(...)Era incontestável a urgência de ser dotada a nossa Capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais idéias existente entre nós em matéria de higiene. (MACHADO, João Lopes. **Relatório do Presidente de Estado**. Paraíba do Norte, 1911, p. 28)

Com a criação da repartição de higiene percebemos que tomava forma na Paraíba um projeto de urbanização racionalizado. O governo do presidente João Lopes Machado foi o período de consolidação de um órgão pautado no discurso higienista norteado pelo conceito de salubridade, o mesmo era médico o que o aproximava ainda mais desses conceitos defendidos pela medicina social urbana oriunda principalmente do pensamento inglês como o mesmo aponta em outro trecho de sua mensagem: “Graças a essa feliz orientação foi a Inglaterra o país a quem coube a primazia de reconhecer a importância e utilidade da higiene pública (...)” (ibidem, p. 28.).

Mais do que a criação da repartição de higiene e de sua função frente ao projeto de modernização da Paraíba do Norte, o que estava implícito era a participação e constituição do médico enquanto um agente de transformação social, o profissional que detinha a chave do progresso e do desenvolvimento. Era o portador da cura e do saber científico. Durante o período pesquisado, o Jornal a União traz inúmeras matérias, artigos e discussões referentes ao campo médico, não apenas em relação às doenças, mas discursos de como se portar em ambientes públicos, do que podia ou não fazer nesses lugares.

A cidade da Paraíba do Norte no final do século XIX e início do século XX carecia das mínimas condições de higiene. Condição essa que elevava as transmissões de doenças e alavancava a taxa de mortalidade. É desse quadro que a medicina se apropriou para legitimar seu discurso e suas ações como aponta Araújo: “A medicina (...) aparece nesse quadro como um elemento disciplinador, tendo em vista que a saúde passe a ser vista como necessária não apenas aos indivíduos como também para as estruturas físicas da cidade.” (2001, p. 38)

Nesse momento a medicina na Paraíba passou por um grande fortalecimento. Os médicos aos poucos começam a sair de seus consultórios e hospitais para ocupar outros postos no governo, principalmente posições de destaque nos serviços de saúde. A partir de então, os principais jornais passaram a trazer suas idéias publicadas em inúmeros artigos. O fortalecimento de sua posição foi tão grande que surge em 1924 a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (associação que reunia os médicos de maior destaque). Para além dos discursos promovidos de si mesmos, os altos segmentos da urbe paraibana, desejosas pelo

progresso e pela civilização, elegeram o discurso médico-sanitário como o caminho pelo qual remodelariam a cidade e construiriam uma Parahyba nova, moderna, limpa e educada. Aos médicos foi dado o poder de reformador.

E quanto aos “loucos”, onde estavam e como eram vistos durante esse projeto de modernização?

Retomando o discurso do deputado Genesisio Gambarra ao falar do tratamento dos loucos, antes da inauguração do hospital Juliano Moreira, ele cita a seguinte situação desses “pobres infelizes” no hospício Cruz do Peixe:

(...) allí, todos o sabem, não se preenchem os fins exigidos pela scencia moderna. Aquillo é mais um calabouço da idade media que, ao em vez de minorar, augmenta o padecimento de tantos infelizes, alle reclusos sem conforto, sem ar, sem hygiene, sem luz! (A UNIÃO, 29/10/1924)

Portanto, enquanto a cidade se modernizava sujeitos como os loucos eram fadados aos “calabouços” da “idade media”. Percebemos aqui duas questões importantes. Primeiro, aos loucos eram reservados lugares sem a menor pretensão de tratamento ou de readaptação, ou seja, o que era recorrente nitidamente era a exclusão desses indivíduos do convívio social. O importante era a retirada desses sujeitos da vista dos transeuntes modernos. Nesse sentido os loucos eram entregues as instituições totais<sup>3</sup>, tais como prisões e hospitais, os quais eram internados juntos com os demais pacientes, das mais variadas doenças. Em segundo lugar, é reiterado que uma cidade moderna não pode tratar de forma irracional e sem “hygiene” os seus pacientes. Claro que não estavam preocupados com o tratamento humanizado desses indivíduos, mas muito pelo contrário, o que estava em jogo era todo um novo mecanismo de poder que tinha como objetivo docilizar o corpo através da disciplina, como ressalta Foucault:

A disciplina fabrica (...) corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ele procura aumentar; e inverter por outro lado a energia, a potencia que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada a uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1997, p. 135-136)

Ora, as instalações do hospício da Cruz do Peixe, em que os loucos estavam internados antes da inauguração do hospital Juliano Moreira, era alvo de constantes denúncias, principalmente por seu aspecto insalubre. Mais do que o incomodo causado pelo sofrimento dos insanos o que mais era intolerável para a elite, sem dúvida, era que tais acomodações feriam o ideal citadino de civilização moderna. Por outro lado, as novas formas de sujeição e disciplinamento exigiam a construção de instituições versada na lógica de esquadramento, vigilância e docilidade, questões importantes para transformar o corpo do louco em um corpo dócil e útil. Nesse sentido esperavam-se as aplicações das seguintes estratégias, segundo Cunha:

De um lado, esquadrihar o tecido social para localizar e seqüestrar os degenerados, ampliando quantitativamente a internação (...). De outro lado, trata-se de defender a sociedade, reforçando as formas de controle sobre os sãos, introjetando nestes a ideia de sua própria defesa contra os degenerados e a degeneração, inculcar-lhe

---

<sup>3</sup>“Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”. (GOFFMAN, 2015. p. 11)

princípios de moral e de higiene capazes de torná-los permanentemente aptos à disciplina das grandes cidades. (CUNHA, 1990, p. 31-32)

Tais objetivos só seriam alcançados a “luz da ciência”, com a imparcialidade médica encarnada na imagem da psiquiatria, como aponta o discurso de justificativa para a construção do hospital para alienados na Parahyba:

(...) quem quer que acompanhe os progressos da psiquiatria – a sciencia de Pinel e Esquirol – sabe que a reclusão dos loucos há sido condemnada por todos os alienistas.

Essa classe de infelizes, que formam, por assim dizer, o livro negro da humanidade, não só mereceu os cuidados da medicina como elemento de cura, senão ainda como motivo de allivio e atenuação dos seus soffrimentos.

Dahi, sr. presidente, a necessidade desta meritoria instituição: - colônia de alienados. (A UNIÃO, 1924)

Vemos que o tratamento para com o louco vai tomando forma de um problema de higiene e saúde pública. O louco, que como aponta Cunha (1990), durante o Império era vestido de uma áurea mística, era um ser caricato e cômico. Mas por outro lado, com o advento da República ele se torna um problema de cunho social. Como apontado na citação anterior, não era mais tolerável o simples recolhimento desses indivíduos em qualquer lugar que o tirassem da rua, essa prática não condizia mais com a nova sociedade que estava nascendo. Nesse sentido:

O ‘asilamento científico’ contrapunha-se à temível imagem da desordem urbana, da sujeira, da subversão dos valores mais caros às elites pela imposição de uma versão higiênica, disciplinada, pacífica e capaz de restaurar no próprio mundo do desatino a imagem da ordem almejada. Assim o hospício médico surge como uma promessa de um mundo regulado que, do caos da loucura, podia fazer renascer o triunfo da razão. (CUNHA, 1990, p. 49)

Os discursos acerca da loucura na Parahyba passaram a pregar o internamento asilar a luz da ciência psiquiátrica. O campo médico paraibano do início do século XX já contava, na sua equipe médica, com especialistas em várias áreas, inclusive em psiquiatria, cujo representante maior era o médico Sá e Benevides que mantinha contato com o psiquiatra Juliano Moreira além de ser sócio correspondente da “Sociedade de Neurologia Psychiatria Brasileira”. A ele foi dada a missão de trazer as mais atuais novidades referente ao tratamento e internamento dos loucos para serem aplicadas na Colônia Juliano Moreira “(...)Sá Benvides (...) profundo especialista das molestias mentaes, ora no sul do paiz, commissionedo pelo govêrno do Estado, para o trato dessa momentosa questão (...)” (A UNIÃO, 29/10/1924).

Essa “momentosa questão” se tornou um dos assuntos mais comentados nas seções dedicadas à medicina na imprensa. Vários números do Jornal a União do ano de 1928 trouxeram estampados em suas páginas inúmeros artigos e notícias sobre o tema.

Portanto o ano de 1928 foi de grande significado para a institucionalização da psiquiatria na cidade da Parahyba do Norte e conseqüentemente em todo o Estado, pois foi nesse período que se inaugurou o primeiro hospital exclusivamente dedicado aos doentes mentais; sobre a inauguração fala o então presidente de Estado João Suassuna:

“Doado o moderno edificio pelo govêrno do egregiodr.EpitacioPessôa e levantado sob o palno do grande psychiatra que lhe serve de patrono, foi concluido na minha administração, com o dispendio de mais de 200 contos, e ha mais tempo não fôra entregue à sua elevada finalidade porque não encontrara eu quem, com os requisitos necessarios para isso, formulasse um orçamento de despesas supportavel pelas condições do Thesouro. Consultado, afinal, o actualdirector, dr. Newton Lacerda, reputado clinico nesta cidade, apresentou-me elle calculo tão reduzido para o custeio do hospital que me senti animado a tirar da miséria e de uma verdadeiro martyrio os

tristes insanos que jaziam nas gehennas da Cruz do Peixe, ou, quando eram furiosos, nas cellulas reservadas aos aentenciados.” (SUASSUNA, João. **Relatório do Presidente de Estado**. Parahyba do Norte, 1928. p. 55-56.)

Também sobre a inauguração do hospital o Jornal a União traz a seguinte matéria:

Está para ser Inaugurada por todo este mez a Colônia de Alienados desta capital, estabelecimento cuja finalidade reclama o problema da localização e tratamento racional dos loucos na Pahayba, constituindo o seu funcionamento uma das preocupações nunca afastas do pensamento do actualgoverno, que com a conclusão do prédio, mobilliaro, Installações e obras complementares despendeu mais de duzentos contos de réis. (**A União**. Parahyba do Norte, 13.06.1928.).

Como especificado nas citações, a inauguração do hospital Colônia Juliano Moreira, trouxe grande significado tanto para a população, declaradamente a elite, quanto para o próprio governo, pois além de ser um signo de modernidade em relação à medicina e ao discurso cientificista, significou muito mais; significou a exclusão de vários indivíduos do âmbito social, pois eram desprovidos de um bem comum da modernidade: a razão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os discursos dos médicos, da imprensa e da elite paraibana enxergassem a fundação do Hospital Colônia Juliano Moreira como sendo um signo da civilização e do tratamento humanizado para com os loucos, o que ocorreu foi o enclausuramento e a exclusão desses sujeitos em outra instituição que, envolvida pelo discurso científico, transformou o louco em doente, os vigiou e esquadrinhou, os silenciou.

Os loucos foram segregados em hospitais, cadeias e asilos. Foram tiradas suas mais primordiais necessidades enquanto seres humanos, sendo jogados em salas frias, entregues às suas mais profundas quimeras. Por outro lado, não podemos negar os protestos empreendidos pelos indivíduos “desprovido da razão”, pois seus gritos, seus insultos, seus choros não deixam de ser uma forma válida de protesto, suas vozes tentavam falar mesmo silenciadas pelas prisões, hospitais, e pelo saber que fala sobre si, a psiquiatria.

## FONTES:

### Jornal

**A União**, Parahyba do Norte, 17 set. 1915

**A União**, Parahyba do Norte, 26 out. 1924.

**A União**, Parahyba do Norte, 13 jun. 1928.

**A União**, Parahyba do Norte, 10 mai. 1927.

### Mensagens de Presidentes de Estado da Parahyba.

LEAL, Walfredo. **Relatório do Presidente de Província**. Parahyba do Norte, 1906, p. 6.

MACHADO, João Lopes. **Relatório do Presidente de Estado**. Parahyba do Norte, 1911, p. 28

SUASSUNA, João. **Relatório do Presidente de Estado**. Parahyba do Norte, 1928. p. 55-56

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade muitas tramas**: a cidade da Parahyba do Norte e seus encontros com a modernidade. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

CUNHA, Maria c. Pereira. **Cidadelas da Ordem**: A doença mental na República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 16 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997 [1975].

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: 2.ed. WMF Martins Fontes, 2010 [2001].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucurana Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1972].

WANDERLEY, HelmaraGiccelli Formiga. **A CIDADE, O[A] LOUCO[A] E OS ASILOS: OS LUGARES PARA A LOUCURA EM PARAHYBA DO NORTE 1877-1928**. Encontradoem<<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364818651\\_ARQUIVO\\_OSLUGARESPARAALOUCURAEMPRAHYBADONORTE.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364818651_ARQUIVO_OSLUGARESPARAALOUCURAEMPRAHYBADONORTE.pdf)>>, acessado em 10/08/2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.